

A participação social na valorização do Sistema Único de Saúde (SUS)

Social participation in enhancement of the Sistema Único de Saúde (SUS)

Maria Eduarda Gonçalves de Oliveira¹ , Lorena Avelino Almeida² , Erislânia Pereira de Oliveira³ ,
Laysa Vitória Marques Soares⁴ , Katya da Silva Vieira⁵ , Jose Erison Noronha Felix⁶ ,
Davi Sampaio Cardoso⁷ , Tadeu Lucas de Lavor Filho⁸ 

1. Graduanda em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: mo195035@gmail.com

2. Graduanda em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: lorenalmeida03@gmail.com

3. Graduanda em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: oliveiraerislania@gmail.com

4. Graduanda em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: laysasoares167@gmail.com

5. Bacharel em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: katyavieira21@gmail.com

6. Bacharel em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: joseerisonnoronha3@gmail.com

7. Especialista em Saúde Mental
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: davisampaio@univs.edu.br

8. Doutor em Psicologia
Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS
E-mail: tadeulucas@univs.edu.br

Comunicação Breve

Introdução: Entende-se, que por meio de uma participação social efetiva, exercemos nosso papel como cidadão, colaboramos para a proteção ao direito à saúde e para o desenvolvimento do SUS, visto que o controle social é uma das diretrizes fundamentais do Sistema Único de Saúde, que reforça a importância dos mecanismos institucionais que representa a população na defesa dos direitos (GOMES; ÓRFÃO, 2021). É através dos mecanismos institucionais de controle social que a população deve atuar, como os conselhos de saúde, ouvidorias, políticas públicas, conferências, os quais são alguns exemplos de espaços em que a participação social se faz necessária para contribuir com sugestões de serviços/processos que devem atender a necessidades da sociedade (CUNHA, MAGAJEWSKI, 2011). Para que isso se concretize, a educação permanente deve estar inserida nas políticas públicas de saúde, com fito de formar um posicionamento crítico dos usuários, gestores e profissionais dessa área, envolvendo instituições de ensino, mecanismos institucionais de controle social e órgãos públicos, como o Governo Federal, estados e municípios, os quais devem disseminar informações acerca do tema e o fomento à participação social (ARANTES; MESQUITA; MACHADO; OGATA, 2007). De acordo com Gomes & Órfão (2021), há uma pouca participação popular da comunidade civil nas políticas públicas devido uma condição cultural de baixo engajamento das pessoas

pouco incentivadas na história das políticas públicas de saúde como, por exemplo, anteriores à institucionalização do SUS. Com a democratização e a descentralização do SUS, a população está cada vez mais participativa, fazendo parte dos conselhos e das conferências de saúde, denunciando situações de negligência e colaborando com a materialização das demandas dos interesses coletivos. Isso se faz possível com uma pluralidade de membros, transparência dos processos de gestão e informações de fácil acesso a todos, sobretudo por meio da educação permanente. Dessa forma, a educação em saúde é fundamental para fortalecer a participação da comunidade no controle social, sendo essa uma das diretrizes que se somam à política de educação permanente na saúde, reforçando a importância do controle social para um sistema de saúde democrático e valorizando os princípios pertencentes à sua constituição em prol de uma transformação social (PINNO; BECKER; SCHER, 2019). **Objetivos:** Compreender a importância da valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) acerca do papel da educação em saúde na promoção da participação social no controle do SUS. **Metodologia:** Com o intuito de atender ao objetivo proposto, foi conduzida uma revisão narrativa. Os artigos que compõem uma revisão narrativa são publicações de estudos primários, cujo objetivo é possibilitar, descrever e analisar o estado atual de um determinado assunto (ROTHER, 2007). Esta pesquisa bibliográfica foi realizada com delineamento de estudo exploratório, utilizando-se para análise estudos publicados em periódicos científicos que abordassem o tema, no qual foram coletados de forma não sistemática no período de abril e maio de 2023. Foi utilizada a base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), a plataforma de Periódicos CAPES e a plataforma de buscas livres *Google Acadêmico*. Os critérios de inclusão para seleção dos estudos foram: data de publicação compreendendo os anos de 2007 a 2021; relação com a temática deste estudo. **Resultados e Discussões:** O Brasil na década de 80 estava se reconstruindo como um país democrático e a Constituição Federativa de 1988 é um marco, que garante a participação social em diferentes setores, na saúde não é diferente, tendo em vista esse fato espera-se que os indivíduos efetivem o seu direito de participar diretamente e/ou indiretamente nos espaços que integram os mecanismos institucionais, porém é notório a ausência de incentivo e de condições que ajudam na promoção do controle social (ROLIM; SAMPAIO; CRUZ, 2013). Portanto, é de se discutir sobre o acesso a conselhos da saúde como meio de informações que lhe tragam conhecimento sobre saúde sobre o qual é o intuito do sus e os obstáculos que fazem parte de sua realidade, são esses alguns dos vários obsoletos a serem quebrados pois assim a participação social é ativa na saúde do sus,mas com a falta de informação e contato isso ainda é um caminho a ser alcançado para sim ser valorizado a participação social. (AMORIM; 2012). **Considerações finais:** Faz-se necessária uma compreensão crítica da importância do controle social e seu destaque na promoção de melhorias no Sistema Único de Saúde, que devem ser reforçadas por meio de disseminação de informações em instituições de ensino e por órgãos governamentais, para que a população saiba sua relevância e o seu papel, e como podem participar, seja em Congressos, Conselhos, discussão e aprovação de políticas públicas, entre outros mecanismos de controle. A diversificação de indivíduos é indispensável, pois a opinião pública manifesta não só suas necessidades individuais, mas, sim de uma comunidade inteira. Dessa forma, esse trabalho serve com influência para que essa temática tenha mais notoriedade e assim surgir mais discussões relevantes acerca do tema.

Referências

- GOMES, José Felipe de Freitas; ORFÃO, Nathalia Halax. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 1199-1213, 2021.
- CUNHA, Penha F.; MAGAJEWSKI, Flávio. Gestão participativa e valorização dos trabalhadores: avanços no âmbito do SUS. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 71-79, 2012.
- ARANTES, Cássia Irene Spinelli et al. O controle social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 16, p. 470-478, 2007.
- PINNO, Camila; BECKER, Bruna; SCHER, Cristiane R. **Educação em saúde**. Porto Alegre: Sagah Educação S.A. **Grupo A**, 2019.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul Enferm.** 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- ROLIM, Leonardo; CRUZ, Rachel; SAMPAIO, Karla Jimena Araújo de Jesus. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em debate**, v. 37, p. 139-147, 2013.
- AMORIM, Camila Rego et al. Participação e mobilização social no SUS: entraves, desafios e perspectivas. *Revista de APS*, v. 15, n. 3, 2012.

Revista Encontros Científicos UNIVS – ISSN: 2595-095X, V. 5, N. 1, 2023

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Concepção e conceitualização: MEGO, LAA, EPO, LVMS, KSV, JENF, DSC, TLLF
Redação do manuscrito original: MEGO, LAA, EPO, LVMS, KSV, JENF, DSC, TLLF
Curadoria de dados: MEGO, LAA, EPO, LVMS, KSV, JENF, DSC, TLLF
Análise de dados: MEGO, LAA, EPO, LVMS, KSV, JENF, DSC, TLLF
Redação textual: MEGO, LAA, EPO, LVMS, KSV, JENF, DSC, TLLF
Supervisão: KSV, JENF, DSC, TLLF

Financiamento

Não houve financiamento.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação, ética e consentimento

Não se aplica.
